

2016

RELATÓRIO TÉCNICO

88

Gestão estratégica e participativa do SUS

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	88		
TÍTULO DO TC:	Gestão estratégica e participativa do SUS		
Objeto do TC:	Aperfeiçoamento e qualificação da Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde – SUS.		
Número do Processo:	25000049564/2015-66	Número do SIAFI:	685870
Data de Início:	31/12/2015	Data de Término:	31/12/2020

DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	Recurso	R\$46.000.000,00
TA:			
Valor total do TC:			R\$46.000.000,00

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE			
Área Técnica:	Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP)		
Responsável:	Lenir Santos		
Endereço:	Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede, 2º andar. Brasília-DF. CEP 70058-900.		
Telefone:	(61) 3315-2130	E-mail:	sgep@saude.gov.br

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS			
Área Técnica:	Sistemas e Serviços de Saúde (UTHSS)		
Responsável:	Gerardo Alfaro		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19. Brasília – DF.		
Telefone:	(61)3251-9595	E-mail:	alfaroge@paho.org

2. CONTEXTO

O objetivo central da cooperação entre a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) com a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS/OMS) estabelecida por meio do 88º Termo de Cooperação (TC88) é o fortalecimento da governança do SUS nas três esferas de governo. Nessa perspectiva, propõe a realização de ações no âmbito regional, nacional e internacional para pesquisa, identificação de evidências e boas práticas, apoio ao desenvolvimento de políticas, programas, projetos e instrumentos de gestão, troca de experiências e desenvolvimento de capacidades humanas, tecnológicas e institucionais que qualifiquem e potencializem a capacidade de governança do SUS pelos níveis federal, estadual e municipal.

Ao longo das discussões técnicas para a elaboração do TC88, identificou-se a necessidade de desenvolver mecanismos que gerassem uma ação mais articulada entre os departamentos que compõem a SGEP/MS com vistas a promover no sistema de saúde a gestão estratégica e participativa, potencializando sua competência institucional. Entende-se que o TC88 pode ser um instrumento catalizador deste processo na medida que permite integrar as ações/processos desenvolvidos por distintos atores (equipes internas da SGEP e parceiros externos) com vistas a objetivos comuns (Resultados Esperados). Para tal, optou-se por um desenho peculiar de Matriz Lógica, segundo o qual todos os Departamentos devem aportar esforços para o atingimento de cada um dos Resultados Esperados. Da mesma forma, os indicadores seriam compartilhados por todas as unidades administrativas e todos os Resultados Esperados pactuados. Assim, foram definidos 3 REs e 10 indicadores para seu monitoramento e avaliação.

Vale registrar que, apesar das ações técnicas do TC88 terem se iniciado efetivamente no 1º semestre de 2016, o projeto e documentos que o compõem foram construídos, discutidos e formalizados ao longo do ano 2015, quando a estrutura da SGEP e suas competências decorriam do Decreto n.º 8.490, de 13 de julho de 2015, de tal forma que era constituída de quatro Departamentos: o Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP), o Departamento de Articulação Interfederativa (DAI), o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) e o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS (DOGES), além da competência de apoiar administrativa e financeiramente a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde – CNS. No entanto, durante sua execução, em 10 de novembro de 2016, foi publicado o Decreto 8.901, com vigência a partir de 08 de dezembro de 2016, aprovando uma nova estrutura para a Secretaria, na qual o DAI passa para a estrutura da Secretaria Executiva (SE). Apesar dessa reestruturação foram alinhados entendimentos entre os Gabinetes da SGEP/MS, da SE/MS e da OPAS no sentido de se manter, pelo menos por enquanto, o DAI como parte do TC-88, uma vez que suas competências somam-se no sentido da gestão estratégica e participativa do SUS.

É importante registrar ainda que, em função das significativas mudanças pelas quais o Ministério da Saúde passou no final de 2015 e ao longo do ano de 2016, com diversos secretários e chefes de gabinetes assumindo o comando da SGEP/MS e também nos seus Departamentos e áreas, não propiciou um contexto favorável para o desenvolvimento da cooperação, o que fez com que muitas das ações programadas/previstas para serem desenvolvidas no exercício não tenham sido iniciadas ou tiveram um desempenho abaixo do esperado.

Considerando tratar-se de Termo de Cooperação firmado recentemente (dez/2015), os Resultados Esperados e Atividades da Matriz Lógica seguem relevantes e correspondendo às necessidades da cooperação. Contudo, devido ao novo modelo de monitoramento e avaliação proposto por este Relatório Técnico e pela reorganização administrativa do Ministério da Saúde, entende-se que, em um horizonte de médio prazo, venha a ser interessante uma discussão ampliada com vistas à revisão da Matriz Lógica.

3. 1º SEMESTRE DE 2016

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público.
Indicador(es)	
Descrição do(s) Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Número de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Número de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Número cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde.
Meta(s)	
Descrição da(s) Meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16 12 10
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	7
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	4
Andamento estimado (0-100%):	70%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

No Programa de Trabalho Semestral (PTS) referente ao 1º Semestre de 2016, foram previstas 7 (sete) ações que contribuiriam com o alcance do Resultado 1 - "Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público". Dessas sete ações, 4 (quatro) foram finalizadas, 2 (duas) foram consideradas como parcialmente executadas mas encontram-se em desenvolvimento conforme os cronogramas pactuados entre a SGEP. A OPAS e as instituições parceiras e, por fim, apenas 1 (uma) ainda não havia sido iniciada, como se relata a seguir.

As quatro ações finalizadas foram: i) Apoio à realização do XXXIII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e da Mostra "Brasil, Aqui Tem SUS", que aconteceu no período de 01 a 04 de junho de 2016, na cidade de Fortaleza/CE com ampla participação de secretários, gestores, técnicos das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, do MS e de outras instituições parceiras do SUS, além de profissionais de saúde, usuários, pesquisadores, estudantes do campo da Saúde Coletiva; ii) Apoio técnico e logístico às reuniões da Comissão Intergestores Tripartite – CIT que aconteceram no Auditório da OPAS/OMS no período, com vistas a fortalecer este mecanismo de governança e gestão participativa do SUS; iii) Desenvolver ações para o fortalecimento dos processos de planejamento, regionalização e contratualização interfederativa, inclusive com o incentivo técnico e financeiro à realização de atividades para disseminação de informações, debate de temas relevantes para a gestão do SUS e elaboração de propostas para sua melhor implementação, como, por exemplo, a realização do "XXX Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo", a "XIII Mostra de Experiências Exitosas dos Municípios e o VI Prêmio David Capistrano", realizados entre 13 e 15 de abril de 2016, em São Paulo/SP, a realização do "4º Congresso Norte e Nordeste de SMS" no município de Palmas/TO; a organização do "VI Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado do Piauí e a III Mostra de Experiências Exitosas Municípios"; a realização da "22ª Conferência Mundial de Promoção da Saúde da União Internacional de Promoção da Saúde e Educação para a Saúde - UIPES", de 22 a 26 de maio de 2016, em Curitiba- PR; e, por fim, a IV) Fortalecer a articulação interfederativa por meio de cooperação técnica com foco nas ações das secretarias estaduais de saúde e dos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde – COSEMS, CONASS e CONASEMS e na articulação interna do Ministério da Saúde, que incluiu diversas atividades, dentre as quais destacamos a elaboração e o apoio à implementação de metodologias de gestão eficiente de recursos na saúde e o desenvolvimento de competências para administração financeira do SUS nos municípios.

As duas ações parcialmente executadas foram: i) Desenvolver estudos e proposições relacionados a projetos estratégicos de fortalecimento da gestão interfederativa da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, que compreenderá um amplo estudo avaliativo do sistema de saúde brasileiro a partir da Constituição Brasileira de 1988, incluindo parcerias estratégicas com diversas instituições de pesquisa no Brasil e no exterior. Ao longo deste 1º semestre foram realizados diversos contatos com tais instituições e pesquisadores destacados, inclusive com a Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard, com a qual foi possível apoiar a confecção e assinatura de um Memorando de Entendimento, em Maio/2016, para pesquisa, educação e inovação em sistemas de saúde. A segunda ação iniciada foi a elaboração de projeto de capacitação dos profissionais de saúde vinculados aos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) dos 27 estados no campo do Direito Sanitário, incluindo a oferta de curso on-line e o desenvolvimento e distribuição de material de consulta impresso (livro).

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Neste 1º sem/2016 a cooperação técnica foi executada de forma bastante intensa e próxima entre as equipes técnicas e de gestão do TC88 na SGEP/MS e na OPAS/OMS. Contudo, as dificuldades enfrentadas se referiram mais a questões externas ao Termo de Cooperação, como as mudanças de gestão e nas diretrizes operacionais no Ministério e na SGEP em específico e à alteração na estrutura organizacional do MS que moveu o DAI para a Secretaria Executiva. De toda forma, tais impactos vêm sendo mitigados na medida que são realizadas reuniões quinzenais entre as equipes e o contato mantém-se aberto e direto em todos os níveis: estratégico, tático e operacional, inclusive com o envolvimento direto dos próprios secretários da SGEP e de todos os diretores de departamentos, assim como equipes técnicas, ao longo do tempo.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Como se pôde perceber, a cooperação técnica vem sendo executada de forma bastante satisfatória. Das 7 ações planejadas, apenas uma não foi realizada diretamente ("Apoiar as ações de ampliação da capacidade de governança dos gestores municipais de saúde do SUS"), mas, ainda assim, o objetivo pretendido foi alcançado ao serem desenvolvidas as demais ações. Especialmente, entende-se que foram positivamente impactados os indicadores "1-Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas", "2-Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas", "3-Número de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas" e "4-Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão".

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação.
Indicador(es)	
Descrição do(s) Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Número de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Número de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Número cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde.
Meta(s)	
Descrição da(s) Meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16

	12
	10
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	4
Andamento estimado (0-100%):	60%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

No Programa de Trabalho Semestral para o 1º Semestre de 2016, foram previstas 6 (seis) ações que contribuem com o alcance do Resultado 2 - "Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação". Dessas 6 ações previstas, 4 (quatro) foram finalizadas, 2 (duas) foram parcialmente executadas e 1 (uma) ainda não havia sido iniciada. As principais ações realizadas foram:

- i) Apoiar as Ouvidorias do SUS nos estados e municípios, inclusive com o "Curso de Qualificação para Utilização do Sistema OUVIDORSUS";
- ii) Apoiar iniciativas de fortalecimento da participação social em defesa do SUS e promoção da equidade em saúde, com realização do "1º Comitê Técnico Saúde da População em Situação de Rua" dias 16 a 18/mai/2016, em Brasília-DF; do "Encontro de Religiões Afro-Brasileiras, População LGBT, Acolhimento e Direitos Humanos" de 9 a 12/jun/2016 em Fortaleza/CE; do "Comitê técnico de Saúde da População Negra";
- iii) Também foram desenvolvidos estudos técnicos relacionados à participação social, educação permanente para o controle social no SUS, educação popular em saúde, equidade e gestão participativa no SUS, considerando determinantes sociais em saúde, como, por exemplo, análise de dados sobre saúde da População Quilombola e o desafio de se pensar a cobertura da estratégia Saúde da Família e o Programa Mais Médicos nas comunidades quilombolas, sistematização de documentos do Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola e análise sobre aspectos e possíveis causas da desnutrição e mortalidade nas Comunidades Quilombolas, dialogando com a Política Nacional de Segurança Alimentar; também relatórios sobre o "I Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas: saúde se conquista com luta popular", análise sobre o acesso às ações e aos serviços de saúde por tais populações (a partir da pesquisa realizada pelo Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, nos estados de BA, CE, GO, MG, PA, PE, RJ, RS e TO). Por fim, foi elaborado relatório técnico sobre as ações de formação de lideranças dos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas, apoiados pelo Ministério da Saúde.
- iv) Apoiar ações de articulação e debate sobre temas afetos à gestão estratégica e participativa do SUS, promovidas por movimentos sociais ou instituições da sociedade civil, como, por exemplo: "Reunião da Coordenação Nacional da União Brasileira de Mulheres" dias 17 e 18/jun/2016, em São Paulo/SP; da "Reunião da direção Nacional da UNALGBT", em São Paulo, de 27 a 30/mai/2016; do "5º Congresso Nacional da União de Negro Pela Igualdade – UNEGRO", sob o tema construindo estratégias e mobilizando para a equidade, participação e controle social nas políticas públicas de promoção da igualdade, de 09 a 12/jun/2016, em São Luís/MA.

As duas ações parcialmente executadas foram i-"Desenvolver estratégias para o desenvolvimento da Ouvidoria Ativa e gestão participativa com o monitoramento e avaliação do acesso aos serviços de saúde ofertados aos usuários do SUS" e ii-"Aplicação da prova conceito no município de São Paulo do Projeto Plataforma Multicanal"; Devido à complexidade dos projetos, foram iniciados os processos de planejamento, negociação e organização das várias frentes de trabalho a serem desenvolvidas no 2º semestre.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Neste 1º sem/2016 a cooperação técnica foi executada de forma bastante intensa e próxima entre as equipes técnicas e de gestão do TC88 na SGEP/MS e na OPAS/OMS. Contudo, as dificuldades enfrentadas se referiram mais a questões

externas ao Termo de Cooperação, como as mudanças de gestão e nas diretrizes operacionais no Ministério e na SGEP em específico e à alteração na estrutura organizacional do MS que afetaram diretamente a SGEP e a SE. De toda forma, tais impactos vêm sendo mitigados na medida que são realizadas reuniões quinzenais entre as equipes e o contato mantém-se aberto e direto em todos os níveis: estratégico, tático e operacional, inclusive com o envolvimento direto dos próprios secretários da SGEP e de todos os diretores de departamentos, assim como equipes técnicas, ao longo do tempo.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Como se pôde perceber, a cooperação técnica vem sendo executada de forma bastante satisfatória. Das 6 ações planejadas, apenas duas não foram plenamente executadas (i-“Aplicação da prova conceito no município de São Paulo do Projeto Plataforma Multicanal” e “ii-Desenvolver estratégias para o desenvolvimento da Ouvidoria Ativa e gestão participativa com o monitoramento e avaliação do acesso aos serviços de saúde ofertados aos usuários do SUS”), devido à complexidade dos projetos, foram iniciados os processos de planejamento, negociação e organização das várias frentes de trabalho a ser desenvolvido no 2º semestre. Contudo, o Resultado Esperado vem sendo alcançado pela forte execução das demais ações. Especificamente, observa-se que vêm sendo impactados os indicadores “1-Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas”, “4-Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão”, “8-Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas” e “9-Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão”.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Número de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Número de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Número cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 	

	10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde.
Meta(s)	
Descrição da(s) Meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16 12 10
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	1
Andamento estimado (0-100%):	20%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

No Programa de Trabalho Semestral para o 1º Semestre de 2016, foram previstas 5 (cinco) ações que contribuiriam com o alcance do Resultado “3 – Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS”. Dessas cinco ações programadas para o alcance do Resultado 3, somente 1 (uma) foi finalizada, as demais ainda não haviam sido iniciadas.

A ação executada foi “Fortalecer o Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA) por meio de ações de desenvolvimento e capacitação para os trabalhadores do SNA, da promoção de estudos e pesquisas, da elaboração de publicações sobre Auditoria do SUS; das ações de cooperação técnica no âmbito nacional e da mobilização dos componentes do SNA”, sendo apoiada a realização do Curso de Qualificação de Auditorias do SUS, em duas etapas, sendo a primeira no período de 16 a 20/mai/2016 e a segunda de 06 a 10/jun/2016.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Houve certa dificuldade para desenho dos termos de referência para operacionalização de 4 das ações propostas (i- “Promover a gestão do conhecimento sobre a Gestão Estratégica e Participativa no SUS”; ii- “Construir ferramenta metodológica para suporte ao monitoramento das recomendações das auditorias realizadas pelo DENASUS e para a avaliação de efetividade e de qualidade do SUS”, iii- “Projeto ISODENASUS - Normalização das atividades da Auditoria Federal do SUS” e iv- “Apoiar o desenvolvimento de tecnologias e sistemas de informações para o fortalecimento da gestão, especialmente do monitoramento, avaliação, controle e transparência no SUS”). Tal dificuldade pareceu refletir mudanças de prioridades internas no Ministério, inclusive relacionadas às já mencionadas estruturais e operacionais.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

O Resultado Esperado nº 3 vem sendo alcançado parcialmente, sendo possível visualizar o impacto da ação desenvolvida nos indicadores “5-Número de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde”; “6-Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas” e “7-Número cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados”.

3.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações Programadas	Ações Finalizadas	Ações Adiadas/ Canceladas	% estado de avanços das ações
1	7	4	3	70%
2	6	4	2	60%
3	5	1	4	20%
Total	18	9	9	50%

4. 2º SEMESTRE DE 2016

4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público.
Indicador(es)	
Descrição do(s) Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Número de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Número de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Número cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde.
Meta(s)	
Descrição da(s) Meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16 12 10
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	3
Andamento estimado (0-100%):	100%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Para este 2º semestre de 2016, foram pactuadas 03 ações com vistas ao alcance do Resultado Esperado 01, sendo todas as três executadas no período, com uma avaliação técnica de 100% de aproveitamento e alcance dos objetivos propostos. Dentre as várias atividades desenvolvidas, destacam-se:

O apoio ao funcionamento da Comissão Intergestores Tripartite – CIT e à realização de suas reuniões, mecanismo de gestão compartilhada do SUS pelo Ministério da Saúde, pelas Secretarias Estaduais de Saúde e pelas Secretarias Municipais de Saúde, juntamente com suas respectivas instituições de representação no nível federal, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS. Além do apoio logístico para a realização das Reuniões Ordinárias da CIT (no Auditório Carlyle Guerra de Macedo, nas dependências da OPAS/OMS, em Brasília), a cooperação segue apoiando ações logísticas e técnicas para preparação, desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação das decisões tomadas, inclusive com a realização de estudos, pesquisas e produtos técnicos específicos da agenda prioritária tripartite, também com vistas a subsidiar a produção e o debate nos Grupos de Trabalho e nas Câmaras Técnicas da CIT. Bastante relacionada a esta pauta técnico-política da CIT, a cooperação apoiou a realização de eventos para discussão de propostas de monitoramento e avaliação do processo de contratualização interfederativa (Brasília-DF, 27/jun a 01/jul/2016); apoiou também o desenvolvimento de estudos técnicos para subsidiar os processos de debate e de tomada de decisão dos gestores, inclusive a respeito do Contrato Organizativo da Ação Pública – COAP; de documentos técnicos contendo simulações da proposta metodológica dos critérios de rateio dos recursos financeiros federais para estados no que toca às necessidades de saúde da população, nas dimensões demográficas, epidemiológicas, sócio-econômicas e geográficas; assim como no que toca ao desempenho técnico e financeiro anual das ações e serviços de saúde; e para o eixo de capacidade de oferta e produção de ações e serviços de saúde.

O desenvolvimento de estudos e proposições sobre o sistema de saúde brasileiro e o recorte da gestão estratégica e participativa do SUS, incluindo a elaboração de diversos documentos técnicos, entre eles: análise do fenômeno da judicialização da saúde no Brasil, com propostas de medidas para sua contenção contemplando as perspectivas administrativa, jurídica, legislativa e, ainda, medidas que possam ser adotadas pela Administração Pública em concertação com o Poder Judiciário; proposta comentada de orientações para a qualificação de entidades como organizações sociais e da celebração de contratos de gestão pelos entes federativos da saúde no SUS. Desenvolvimento de ferramentas para monitoramento de cooperações técnicas com diversas instituições com vistas ao aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa e da gestão compartilhada do SUS, da ampliação das práticas de gestão participativa, de controle social, de educação popular em saúde e implementação de política de promoção da equidade. Como desdobramento do projeto de estudos avaliativos sobre o sistema de saúde brasileiro a partir da promulgação e inserção do direito à saúde na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foram aprofundadas as relações com a Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard (com a qual foi firmado um Memorando de Entendimento, em Maio/2016, para pesquisa, educação e inovação em sistemas de saúde) e outras instituições de pesquisa brasileiras e estrangeiras, como a Fiocruz, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, a Fundação Getúlio Vargas – FGV, o Imperial College de Londres, e outras. Foram realizadas diversas reuniões entre as equipes técnicas e de pesquisa da SGEF e das instituições parceiras, com vistas à construção de um projeto de pesquisa abrangente, que pretenderá analisar as conquistas e desafios do SUS nesses 30 anos, sob distintas perspectivas (Atenção Primária – APS, Financiamento, doenças crônicas, relações público-privado, educação, etc). Os grupos de pesquisa estão se identificando e serão conformados ao tempo que os temas sejam melhor definidos no 1º semestre de 2017.

O TC88 também apoiou o desenvolvimento de projeto de recuperação e sistematização do acervo documental de Gilson Carvalho (um dos principais sanitaristas brasileiros). Dentre as diversas etapas e entregas do projeto, mencionamos: o levantamento e a sistematização de todo seu acervo, a tipologia e o sumário dos documentos, a elaboração de banco de dados para recepção e armazenamento das informações, o desenvolvimento de ambiente web para sua disponibilização e a realização de oficina integradora com a equipe da SGEF para apresentação e validação dos conteúdos.

Além das ações planejadas no Plano de Trabalho Semestral – PTS, prosseguiram-se as atividades de desenvolvimento de competências para a gestão financeira e de custos do sistema e foram iniciadas discussões com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS com vistas ao desenvolvimento de dois relevantes projetos a partir de 2017: o primeiro, com o objetivo de apoiar a construção de posicionamento institucional e discussão de responsabilidades interfederativas no âmbito do SUS sob a ótica da governança estratégica e participativa do SUS, inclusive buscando promover o alinhamento institucional da atuação da Rede CONASEMS - COSEMS aos princípios da PNGEP; e o segundo com o objetivo de promover a gestão do conhecimento sobre a gestão estratégica e participativa no SUS, ampliando as capacidades de governança dos gestores municipais na condução da Política Nacional de Saúde.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Neste 2º sem/2016 a cooperação técnica seguiu em seu processo de execução intensa, com relacionamento próximo entre as equipes técnicas e de gestão do TC88 na SGEP/MS e na OPAS/OMS. Contudo, seguiram-se as dificuldades de contexto referidas no semestre anterior e que afetam negativamente a pactuação de linhas estratégicas de desenvolvimento de capacidades institucionais. De toda forma, tais impactos vêm sendo mitigados na medida que são realizadas reuniões quinzenais entre as equipes técnica e de gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Como se pôde perceber, a cooperação técnica vem sendo executada de forma bastante satisfatória. Todas as 3 ações planejadas foram executadas e ainda outras foram além de tal forma que o Resultado Esperado vem sendo construído, especialmente no que toca ao desenvolvimento de capacidades institucionais na própria SGEP, mas também nos demais gestores do SUS (SES e SMS). Assim, foram positivamente impactados os indicadores “1-Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas”, “2-Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas”, “3-Número de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas” e “4-Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão”.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação.
Indicador(es)	
Descrição do(s) Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Número de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Número de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Número cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde.
Meta(s)	

Descrição da(s) Meta(s)	20
	10
	4
	12
	12
	10
	8
	16
	12
	10
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	3
Andamento estimado (0-100%):	100%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

No 2º semestre de 2016 foram planejadas 03 ações para o alcance do Resultado Esperado 02, sendo todas as 03 executadas no período, com uma avaliação técnica de 100% de aproveitamento e alcance dos objetivos esperados. Dentre as várias atividades desenvolvidas, destacam-se:

1) O desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria (SNO) com vistas a estimular a gestão participativa, o monitoramento e avaliação do SUS, com a realização de “Oficinas de Planejamento Estratégico e Capacitação sobre o Sistema OuvidorSUS” e o “Curso de Capacitação para utilização do Sistema Ouvidor SUS”. Neste mesmo sentido, foram elaborados diversos documentos técnicos que pretendem subsidiar e qualificar o processo de decisão dos gestores do SUS, como, por exemplo: relatórios de análises das solicitações de medicamentos realizados pelos cidadãos por meio do Disque Saúde 136; análise das demandas encaminhadas pela Ouvidoria Geral do SUS que estejam pendentes com vistas a analisar e otimizar o processo de respostas aos demandantes e o aumentar a resolubilidade das demandas protocoladas junto a Ouvidoria Geral do SUS; análises quantitativas e qualitativas de atendimentos telefônicos prestado pela Ouvidoria Geral SUS por meio do Disque Saúde 136; análises dos resultados da implantação de Ouvidorias Regionais e nos municípios, no que tange a resolatividade das demandas registradas no Sistema OuvidorSUS; relatórios analíticos sobre denúncias acerca de procedimentos faturados e não realizados por prestadores do SUS, inclusive com o objetivo de auxiliar as ações do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS voltadas para o aperfeiçoamento da gestão com transparência, estímulo e apoio ao controle social e possibilidade do acesso da sociedade às informações e resultados das ações e serviços de saúde do SUS; relatórios analíticos sobre a Carta SUS, com o intuito de aprimorar os atuais processos de trabalho que envolvem a estratégia, tais como o envio das correspondências, a devolução dos cartões-resposta e as manifestações registradas na Ouvidoria-Geral do SUS. Ademais, a cooperação possibilitou a elaboração de manuais de utilização dos módulos do Sistema OuvidorSUS III, disponibilizado aos componentes do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS, e apoiou a realização do “V Encontro Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde e Encontro Internacional Direito à Saúde, Cobertura Universal e Integralidade Possível”.

2) Por meio do TC88, apoiou-se a iniciativa da SGEP de construção da Plataforma Multicanal com vistas à ampliação da interação direta do SUS com o cidadão, que até o momento pretende contar com 19 canais e cada um funcionará como mediador de demandas específicas de usuários, trabalhadores e gestores do SUS, de tal forma que se estabeleça um canal direto para a participação social do SUS, criando um ambiente de interação entre usuários e o SUS, com oferta de informações confiáveis para o cidadão, atendendo aos preceitos da Lei de Acesso à Informação – LAI. Neste 2º sem/2016 foram delineadas as linhas gerais do projeto e definidas as duas etapas de sua implantação: a primeira etapa será a prova de conceito que abrangerá apenas três canais inicialmente (agendamento de APS com localização de serviços de saúde, plataforma de educação à distância com inclusão de materiais didáticos e gestão de cursos e análise dos dados do OuvidorSUS com geração de consultas e painéis de acompanhamento) e pretende-se que seja executada ao longo de 2017; a segunda etapa deverá ser executada a partir de 2018 e será a implantação da plataforma em âmbito nacional e a ativação dos demais canais (Lista de acesso único, Atendimento 24h, Avaliação de serviços, Assistência farmacêutica,

Registro eletrônico, Serviços de Saúde, Vigilância, Notícias, Transparência, Informações de saúde, Pesquisa de dados, Legislação, Políticas públicas de saúde, Educação em saúde, Responsabilidades com a sua saúde, Observatórios, Dialoga saúde, ParticipaSUS e Ouvidoria do SUS).

3) Foram apoiadas diversas iniciativas de fortalecimento da participação social, da educação popular em saúde e da promoção da equidade, inclusive considerando determinantes sociais em saúde. Para tal, entre diversos outros, foram realizados o “V Encontro da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde – ANEPS” (Brasília, 04 a 06/jul/2016), a “Oficina Nacional do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde” (25 a 27/jul/2016), a “Tenda Paulo Freire de Educação Popular”, a “Reunião da União Brasileira de Mulheres” (17 e 18/jun/2016, São Paulo/SP), a “Oficina do Projeto Educação em Saúde para as Pescadoras Artesanais” (Fortaleza/CE, 27 a 29/set/2016), o “I Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas: saúde se conquista”, o “I Simpósio Internacional de Saúde da População Negra” e a “III Reunião do Comitê Técnico de Saúde da População Negra de 2016” (14 a 18/out/2016, Porto Alegre/RS), o “Seminário Nacional de Saúde, Ambiente e Comunidades Tradicionais” (26 a 29/jul/2016, Belo Horizonte/MG) e o “Encontro para Construção de estratégias de promoção de cuidado a população migrante em Roraima: a gestão participativa como mecanismo de diálogo, mediação de conflitos e reconhecimento de impactos da migração no Sistema Único de Saúde” (18 a 20/dez/2016, Boa Vista e Pacaraima/RR). Também foram elaborados estudos técnicos sobre a saúde da população em situação de rua (análise das ações realizadas pelo Ministério da Saúde referentes ao Plano Operativo e sobre as atividades do Comitê Técnico e, também, uma proposta de conteúdos para curso EAD sobre o tema); sobre Saúde da População Quilombola (atualização de dados, estudo sobre a cobertura da estratégia Saúde da Família e do Programa Mais Médicos nessas comunidades e estudo sobre possíveis causas da desnutrição e mortalidade dialogando com a Política Nacional de Segurança Alimentar); sobre a saúde das populações do campo, da floresta e das águas (análise sobre o acesso às ações e os serviços de saúde por essas populações e relatório sobre as ações de formação de lideranças dos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas, apoiados pelo Ministério da Saúde); sobre a saúde de Comunidades Tradicionais de Povos Ciganos, de matriz africana e dos povos de terreiros. A publicação “Painel de Indicadores – Volume 10: Saúde da População Negra”. E, por fim, foi elaborado relatório técnico contendo análise dos conteúdos, metodologias e abordagens dos projetos de formação realizados pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP/SGEP/MS) e instituições parceiras e os resultados alcançados segundo as avaliações registradas e a opinião dos atores participantes, com o objetivo de apoiar ações de melhoria de seu desempenho.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Neste 2º sem/2016 a cooperação técnica foi executada de forma bastante intensa e próxima entre as equipes técnicas e de gestão do TC88 na SGEP/MS e na OPAS/OMS. Contudo, as dificuldades enfrentadas se referiram mais a questões externas ao Termo de Cooperação, como as mudanças de gestão e nas diretrizes operacionais no Ministério e na SGEP em específico e à alteração na estrutura organizacional do MS que afetaram diretamente a SGEP e a SE. De toda forma, tais impactos vêm sendo mitigados na medida que são realizadas reuniões quinzenais entre as equipes e o contato mantém-se aberto e direto em todos os níveis: estratégico, tático e operacional, inclusive com o envolvimento direto dos próprios secretários da SGEP e de todos os diretores de departamentos, assim como equipes técnicas, ao longo do tempo.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Como se pôde perceber, a cooperação técnica vem sendo executada de forma bastante satisfatória. Todas as 3 ações planejadas foram realizadas. Especialmente, entende-se que foram positivamente impactados os indicadores “4-Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão”, “5-Número de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde”, “6-Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas” e “8-Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas”.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) Indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Número de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Número de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Número de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Número cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde. 	
Meta(s)		
Descrição da(s) Meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16 12 10	
Ações Programadas e Finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:		0
Andamento estimado (0-100%):		0%

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Apesar de haver sido planejada no PTS deste 2º semestre 1 ação relacionada ao Resultado Esperado nº 3 (“Desenvolver ações para o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA) por meio de ações de cooperação técnica no âmbito nacional e da mobilização dos componentes do SNA”), esta ação não foi executada.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

As dificuldades enfrentadas se referiram mais a questões externas ao Termo de Cooperação, como as mudanças de gestão e nas diretrizes operacionais no Ministério.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não houve execução da ação do Resultado Esperado 3 no 2º semestre/2016.

4.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações Programadas	Ações Finalizadas	Ações Adiadas/ Canceladas	% estado de avanços das ações
1	3	3	0	100%
2	3	3	0	100%
3	1	0	1	0%
Total	7	6	1	86%

5. RESUMO ANUAL

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho semestral)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTS

Avaliação Geral das Ações Programadas no Ano			
Situação do Projeto	1º Semestre de 2016	2º Semestre de 2016	Anual 2016
Nº total de RE com ações programadas no período	3	3	3 / 3
Nº total de ações programadas	18	7	25
Nº total de ações finalizadas	9	6	15

RE	Ações Programadas	Ações Finalizadas	Ações Adiadas/ Canceladas	% estado de avanços das ações
1/1	10	7	3	80%
2/2	9	7	2	85%
3/3	6	1	5	30%
Total	25	15	10	80%

5.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O presente Termo de Cooperação nº 88, celebrado entre a OPAS/OMS no Brasil e a SGEP, tem por objetivo principal apoiar as iniciativas do país para a implantação / implementação da "Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS", contribuindo para o alcance de seus objetivos e, em última instância, para os processos de

construção e garantia do direito à saúde dos brasileiros, expresso nos princípios constitucionais da universalidade, da integralidade, da equidade e da participação social, assim como os princípios organizativos do SUS: a descentralização, o comando único e a regionalização.

As ações desenvolvidas no âmbito do TC-88 visam contribuir com o fortalecimento do SUS, a partir do aprimoramento de seus processos de gestão, dentre os quais, o planejamento e a pactuação interfederativa (envolvendo os três níveis de governo: União, Estados e Municípios) e os gestores do SUS (Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde), a gestão participativa, o controle social e a participação da comunidade, as ações de controle, monitoramento e avaliação, os mecanismos de transparência, a educação permanente e a educação em saúde, envolvendo os diversos atores do sistema, como gestores, profissionais da saúde, prestadores, usuários e cidadãos.

Além de colaborarem com o alcance de objetivos de políticas nacionais, todas as ações desenvolvidas aportam ao esforço dos diversos países da Região das Américas para a concretização dos compromissos expressos no Plano Estratégico das OPAS 2014 - 2019 e na Estratégia de Saúde Universal (CD53, 2014), com destaque para as linhas prioritárias de "fortalecimento do papel condutor das autoridades nacionais e da governança do sistema de saúde", de "fortalecimento da coordenação intersectorial para abordar os determinantes sociais da saúde" e de redução de barreiras, inclusive financeiras, para o acesso da população aos serviços de saúde necessários.

5.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

Apesar de, na perspectiva conceitual, o desenho proposto para a Matriz Lógica ser inovador, sua execução prática vem apresentando dificuldades para a identificação de prioridades e a alocação dos esforços, assim como para o monitoramento das ações desenvolvidas frente aos Resultados Esperados. A atribuição do conjunto de 10 indicadores para todos os 3 Resultados Esperados gerou uma quantidade expressiva de indicadores, sendo mais complicada a identificação direta e inequívoca dos aportes de cada ação desenvolvida a cada um deles. Conforme mencionado anteriormente, sugere-se que, oportunamente, se reavalie o desenho proposto, se realmente vem gerando as sinergias esperadas na ação cotidiana da SGEP e na replicação externa de suas atividades, juntos aos demais gestores do SUS, instituições parceiras e à sociedade. Por consequência, pode ser necessária a revisão do conjunto de indicadores listados, mapeando e correlacionando-os a Resultados Esperados específicos, assim como atribuindo ações e metas respectivas. Ademais, as ações desenvolvidas no âmbito do TC88 se somam aos esforços empreendidos em outras ações desenvolvidas em parceria com outros Termos de Cooperação. Em especial, identificam-se os Termos de Cooperação celebrados com outros gestores do SUS, como os nº 95 (SE/MS e OPAS), 60 (CONASS e OPAS) e 61 (CONASEMS e OPAS), e com a instituição máxima de controle social no SUS, via TC nº 68 (Conselho Nacional de Saúde - CNS e OPAS). É preciso desenvolver mecanismos que integrem os esforços destas diferentes iniciativas, articulando os atores envolvidos, maximizando a cooperação técnica e potencializando as atividades e os resultados alcançados.

5.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados	US\$ 4.324.234,50
Recursos desembolsados	US\$ 1.517.545,05
Pendente de pagamento	US\$ 471.433,99
Saldo	US\$ 2.335.255,46